



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
EQUIPE DE SELEÇÃO - CSI/DGPES/SMAP

EDITAL 91/2021

Anexo I – Justificativas para Manutenção ou Alteração dos Gabaritos Preliminares

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, por intermédio de sua SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO, através do Instituto Consulplan de Desenvolvimento, Projetos e Assistência Social, torna público, a decisão dos recursos referente ao gabarito preliminar, conforme exposto abaixo:

DECISÃO DOS RECURSOS
(INFRARRELACIONADOS)

I. DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes aos cargos disponibilizados para o Processo Seletivo Simplificado para o Programa de Residência Técnico-Superior do Município de Porto Alegre/RS, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **EDITAL DE ABERTURA 62/2021**.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
230000519	Lucas Silva Das Chagas	Administração
230000539	Amanda Bertoldi	Arquitetura
230000084	Fernanda Gomes De Carvalho	Biologia
230000520	Natália Araújo Reginatto	Biologia
230000187	Lara Maria Pavan	Ciências Contábeis
230000253	Miriellen Meyres Pereira	Ciências Contábeis
230000074	Francisco Benvegnú Trojan	Engenharia Civil
230000308	Matheus Kuhn	Engenharia Civil
230000334	Ana Luisa Morais Dalbem	Engenharia Civil
230000481	Leticia Vieira Bauer	Engenharia Civil

II. DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Administração



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
EQUIPE DE SELEÇÃO - CSI/DGPES/SMAP

Tipo de Prova: Tipo ÚNICA

Questão: 16

Recurso Procedente.

Primeiramente esclarece que o fato descrito no enunciado não pode ser enquadrado como corrupção passiva, uma vez que o tipo penal exige que o agente solicite ou receba, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceite promessa de tal vantagem. Em momento algum o enunciado informa que o agente solicitou ou recebeu vantagem indevida.

No caso em tela o agente, por interesse pessoal, irá intervir para que o recurso interposto seja julgado de modo a extinguir a multa perante a Administração, indo contra disposição legal, uma vez que o carro estava estacionado em local proibido. Assim, a conduta é enquadrada no tipo penal da prevaricação, onde o agente pratica ato contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Portanto, a resposta correta deve ser **alterada para: Prevaricação.**

Fonte:

- Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Questão: 26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão de número 26 aborda o tema “Gestão de Marketing no Setor Público”. Já no enunciado é possível verificar alguns dos objetivos aos quais estas ações de marketing poderiam ser direcionadas, além disso, alguns exemplos de campanhas governamentais são utilizadas para fins de contextualização. Estes exemplos têm o objetivo de auxiliar o candidato na melhor compreensão sobre o tema e, conseqüentemente, na análise das alternativas.

O recurso apresentado contra o resultado da referida questão sustenta que a mesma deveria ser anulada. As razões recursais apontam que a alternativa que deveria ser assinalada pelo candidato (*Análise dos 5 P's de marketing: preço, praça, produto, propaganda e pessoas*), segundo argumentação apresentada no corpo do recurso, poderiam sim ser consideradas como etapas importantes do plano de marketing, em outras palavras, não haveria motivo para a sua invalidação.

É importante ressaltar que um dos objetivos principais desta questão é analisar o conhecimento do candidato sobre o tema “Gestão de Marketing no Setor Público”, incluído a sua capacidade para identificar os diferentes tipos de marketing mais utilizados pela área pública: institucional, social ou político. Assim, de acordo com as informações disponibilizadas no corpo do enunciado, bem como os exemplos apresentados, seria factível a classificação do tipo de marketing como sendo o de natureza social.

Mediante análise das razões recursais apresentadas e diante das argumentais apresentadas em contrário por esta banca, decide-se pelo indeferimento deste recurso e pela manutenção do gabarito oficial da questão.

Fonte:

- SANTOS, Clézio Saldanha dos. Introdução à Gestão Pública. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Questão: 28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão de número 28 aborda o tema “Gestão da Estratégia” e apresenta uma contextualização sobre o tema a partir da visão de um especialista do setor sobre os problemas relacionados à conclusão das obras destinados à Copa do Mundo de 2014.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
EQUIPE DE SELEÇÃO - CSI/DGPES/SMAP

O recurso apresentado contra o resultado da referida questão sustenta que a mesma deveria ser anulada. As razões recursais apontam a não existência de um consenso na literatura sobre as fases de um planejamento. Além disso, as razões recursais apontam a existência de uma divergência em relação à qual fase do planejamento poder-se-ia atuar na mitigação dos problemas de custo e prazo.

Nesse sentido é importante esclarecer que mesmo havendo tais divergências em relação a determinados conteúdos, a exemplo das fases de um planejamento, a construção de uma determinada questão deve basear-se em uma visão considerada majoritária e bem aceita pela comunidade acadêmica. A ocorrência de determinadas divergências entre autores sobre determinado tema é bastante comum, não só no âmbito do planejamento estratégico, mas também, em diversas outras áreas do campo da Administração. Desta forma, é importante que os candidatos e/ou estudantes tenham ciência destas divergências, pois são uma parte importante do processo de ensino/aprendizagem.

Na questão em específico foi solicitado ao candidato que apontasse em que fase do planejamento, a exemplo das obras de um evento esportivo, os erros apontados poderiam ser minimizados ou evitados. Importante ressaltar que é na etapa de “controle”, especialmente nas ações relacionadas à identificação e correção de desvios e verificação de correspondência com o planejado que a equipe de projetos pode atuar para realizar eventuais correções e ajustes. Não está se discutindo nessa questão a forma abrangente que levou aos problemas relacionados aos atrasos e nos custos das obras destinadas à Copa do Mundo (estes poderiam ser considerados nas fases de avaliação e *feedback*, visando um aprendizado para obras desta natureza e porte que viessem a ser realizadas no futuro), mas sim, no decorrer do projeto, como o gestor e sua equipe poderiam atuar para minimizar um problema já deflagrado ou evitar a ocorrência de outros que ainda poderiam surgir.

Mediante análise das razões recursais apresentadas e diante dos argumentos apresentados em contrário por esta banca, decide-se pelo indeferimento deste recurso e pela manutenção do gabarito oficial da questão.

Fonte:

- SANTOS, Clézio Saldanha dos. Introdução à Gestão Pública. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Questão: 36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O principal problema com o método da TIR é que ele, muitas vezes, fornece taxas de retorno não-realistas. Suponha uma taxa mínima de retorno de 11% e uma TIR calculada de 40%. Isso significa que a administração deve aceitar imediatamente o projeto por causa da sua TIR de 40%? A resposta é Não! Uma TIR de 40% assume que a companhia tem uma oportunidade de reinvestir seus fluxos de caixa futuros à taxa de 40%. Se a experiência passada e a economia indicam que os 40% representam uma taxa não-realista para futuros investimentos, então uma TIR de 40% é suspeita. A menos que a TIR calculada seja uma taxa razoável para reinvestimento dos fluxos de caixa futuros, ela não deve servir como parâmetro de aceitação ou rejeição de um projeto.

Brigham e Ehrhardt afirmam que não se pode saber exatamente o custo do capital futuro no tempo 0, ou os fluxos de caixa exatos. Esses dados são simplesmente estimativas, e se eles forem incorretos, também serão incorretos os NPVs e IRRs calculados.

Gitman e Madura esclarecem que os gerentes financeiros utilizam a IRR e, essa preferência é decorrente da disposição geral dos executivos por taxas de retorno, e não por retornos reais em dinheiro. Considerando que as taxas de juros, a lucratividade e outros fatores serão expressos mais frequentemente como taxas anuais de retorno, o uso da IRR faz sentido àqueles que tomam decisões financeiras. Eles tendem a considerar o NPV menos intuitivo, porque este não mede benefícios relativos ao montante investido. Como existem diversas técnicas para evitar as armadilhas da IRR, seu uso amplo não implica uma falta de sofisticação por parte de quem toma decisões financeiras.

Para Neto, a taxa interna de retorno calculada de um projeto de investimento somente é válida desde que os fluxos intermediários de caixa sejam reaplicados, até o final de sua vida útil prevista, à própria taxa de retorno calculada. Não sendo possível o reinvestimento a essa taxa, o retorno esperado da decisão de investimento altera-se, podendo inclusive modificar sua atratividade econômica.

Considerando o posicionamento dos autores, a resposta de analisar a possibilidade de reinvestir os fluxos de caixa futuros em outras oportunidades está correta.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
EQUIPE DE SELEÇÃO - CSI/DGPES/SMAP

Fontes:

- GROPELLI A.A. & NIKBAKHT EHSAN – Administração Financeira – Editora Saraiva – 2001 – Pág.144
- BRIGHAM, Eugene F. e EHRHARDT, Michael C. – Administração Financeira – Teoria e Prática – São Paulo - Editora Thompson – 2006 – Pág.520
- GITMAN, Lawrence J. e MADURA, Jeff – Administração Financeira – Uma abordagem Gerencial – São Paulo – Editora Pearson - 2003 – Pág. 298
- NETO, Alexandre Assaf – Finanças Corporativas e Valor – São Paulo – Editora Atlas – 2003 – pág.312

Cargo: Arquitetura

Tipo de Prova: Tipo ÚNICA

Questão: 16

Recurso Procedente.

Primeiramente esclarece que o fato descrito no enunciado não pode ser enquadrado como corrupção passiva, uma vez que o tipo penal exige que o agente solicite ou receba, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceite promessa de tal vantagem. Em momento algum o enunciado informa que o agente solicitou ou recebeu vantagem indevida.

No caso em tela o agente, por interesse pessoal, irá intervir para que o recurso interposto seja julgado de modo a extinguir a multa perante a Administração, indo contra disposição legal, uma vez que o carro estava estacionado em local proibido. Assim, a conduta é enquadrada no tipo penal da prevaricação, onde o agente pratica ato contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Portanto, a resposta correta deve ser **alterada para: Prevaricação.**

Fonte:

- Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Questão: 17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, em seu artigo 15, o uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, atendido o interesse público, coletivo ou social, nas seguintes condições. A autorização será feita, por decreto, pelo prazo máximo de noventa dias. Desta forma, conforme disposto no enunciado e expresso em lei, a resposta correta para a questão é **Autorização.**

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Porto Alegre

Questão: 23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso é IMPROCEDENTE, deve-se manter o gabarito pois o gabarito está correto. Realmente o artigo 7º da Lei Complementar nº 547 de 2006 determina o seguinte: "Fica permitido o uso, nos lotes residenciais, da faixa do recuo para ajardinamento para estacionamentos de veículos.". O que torna a primeira afirmativa da questão verdadeira, pois a primeira afirmativa diz o seguinte: "Em prol de um melhor aproveitamento das áreas e espaços do empreendimento imobiliário, propõe-se o uso, nos lotes residenciais, da faixa de recuo para ajardinamento para estacionamento de veículos.". Deve ser observada a necessidade de entender o enunciado da questão para



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
EQUIPE DE SELEÇÃO - CSI/DGPES/SMAP

responder corretamente em conformidade com o objetivo da questão. É necessário observar o que a parte final da questão diz e solicita: “Em Porto Alegre, as diretrizes impostas pela Lei Complementar nº 547/2006 determinam e especificam permissões e proibições relacionadas aos loteamentos dentro do contexto das áreas urbanas. De acordo com a referida Lei, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.”. O objetivo da questão **NÃO** é marcar V ou F para as afirmativas que estejam com o texto igual ao da referida Lei, mas **SIM** marcar V ou F para as afirmativas que sejam coerentes com a Lei, deve-se observar atentamente no enunciado a parte que diz: “... Lei Complementar nº 547/2006 determinam e especificam permissões e proibições RELACIONADAS aos loteamentos dentro do contexto das áreas urbanas.” A questão apresenta através de todo seu enunciado o cenário geral que deve ser observado, e as alternativas em forma de afirmativas apresentam algumas situações que devem ser observadas como possibilidades verdadeiras ou falsas, considerando a referida Lei. Com isso, tanto a primeira alternativa como também as outras alternativas são afirmativas verdadeiras relacionadas aos loteamentos dentro do contexto de Porto Alegre, considerando a Lei Complementar nº 547 de 2006.

Fonte:

- Lei Complementar nº 547, de 24 de abril de 2006.

Cargo: Biologia

Tipo de Prova: Tipo ÚNICA

Questão: 04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

É comum, sobretudo em textos dissertativos, que, a respeito de determinados fatos, algumas opiniões sejam emitidas. Ser capaz de localizar a referência aos fatos, distinguindo-a das opiniões relacionadas a eles, representa uma condição de leitura eficaz.

Fatos dizem respeito a acontecimentos reais que podem ser comprovados pela simples observação da realidade, ou seja, são situações, episódios, acontecimentos que dizem o que as coisas são, como são e por que são. Já as opiniões avaliam, julgam, analisam coisas, pessoas, ações, experiências, acontecimentos, sentimentos, estados de espírito, intenções e decisões como bons ou maus, desejáveis ou indesejáveis.

Do ponto de vista linguístico, as opiniões geralmente são expressas pelos elementos linguísticos modalizadores (adjetivos, advérbios, modos e tempos verbais, expressões cristalizadas, entre outros.)

As alternativas indicadas na questão apresentam opiniões, uma vez que as ideias expressas pelo autor não denotam acontecimentos, certezas, mas apenas possibilidades, hipóteses. A seguir, foram destacados os elementos linguísticos que apontam para a ideia de opinião.

“As atividades de conservação florestal podem reduzir o risco de propagação de doenças zoonóticas”, afirma os pesquisadores. (4º§)

“...ainda há cerca de 1,67 milhão de espécies virais desconhecidas abrigadas em reservatórios animais. Desse total, entre 631 mil e 827 mil devem ter potencial zoonótico, segundo o documento.” (7º§)

“Se o valor aplicado em atividades de prevenção fosse de US\$ 22 bilhões a US\$ 31 bilhões por ano, o relatório sugere que o mundo poderia reduzir o risco de lidar com as perdas humanas e econômicas de uma epidemia zoonótica.” (9º§)

“Fluxos de financiamento instáveis, convulsões políticas, prioridades em mudança concorrentes e práticas culturais podem prejudicar o progresso na redução dos impulsionadores do risco de transbordamento”, afirma o texto. (10º§)

A única alternativa que apresenta um fato ou acontecimento é a alternativa “A caça e o comércio de animais selvagens e as mudanças climáticas também são citadas pelo texto como ações que estão reduzindo habitats e empurrando espécies terrestres e marítimas para novas localizações...” (5º§).

Fontes:



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
EQUIPE DE SELEÇÃO - CSI/DGPES/SMAP

- Brasil, Ministério da Educação. PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.
- KOCH, I. V. G. **A inter-ação pela linguagem**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

Questão: 10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O uso do paralelismo serve para tornar a leitura mais agradável. Embora não seja perceptível, essa função está presente em todas as orações. Na construção textual, desde a mais complexa até a mais simples, é preciso manter um certo padrão. Elementos como coesão e coerência, clareza, precisão, objetividade.

De acordo com o dicionário, o significado do termo paralelo é “que se mantém ou continua em uma mesma direção.” Aplicando esse conceito na língua portuguesa, o paralelismo pode ser entendido como a **relação de semelhança ou contraste entre palavras e expressões**, ou seja, uso de palavras e expressões que estão na mesma direção, que seguem a mesma lógica.

O uso do paralelismo também é perceptível **quando as orações repetem a mesma estrutura**.

Dessa forma, temos o chamado paralelismo sintático ou paralelismo gramatical. Ocorre quando há simetria entre as estruturas sintáticas presentes na oração.

Na passagem “Durante o desmatamento, as espécies animais que sobrevivem ou prosperam tendem a ser menos sensíveis aos distúrbios humanos e, portanto, são as mais capazes de infectar pessoas ou a pecuária”, explica o relatório. (4º§), o verbo “infectar” apresenta como complemento os termos “pessoas” e “pecuária”. Não há razão para se repetir o verbo “infectar”, já que fica claro que este verbo apresenta os dois complementos.

Segundo Azeredo (2013), “... não podemos levar essa teoria [do paralelismo sintático] às últimas instâncias, pois o paralelismo não se enquadra em uma norma gramatical rígida”, assim como acontece com a concordância verbal, por exemplo “já que a língua admite outros padrões sintáticos na construção frasal.”

A passagem do texto que apresenta uma infração à norma culta escrita está na alternativa “As atividades de conservação florestal podem reduzir o risco de propagação de doenças zoonóticas”, afirma os pesquisadores.” (4º§)”, pois o autor não fez a concordância prescrita pela gramática normativa entre o verbo e o sujeito em “afirma os pesquisadores”. Como se trata de um sujeito simples (os pesquisadores) posposto ao verbo (afirma), este concorda com aquele em número e pessoa. Portanto, a escrita adequada é “**afirmam** os pesquisadores”.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2013.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática reflexiva: texto, semântica e interação**. 2ed. São Paulo: Atual, 2005.

Questão: 16

Recurso Procedente.

Primeiramente esclarece que o fato descrito no enunciado não pode ser enquadrado como corrupção passiva, uma vez que o tipo penal exige que o agente solicite ou receba, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceite promessa de tal vantagem. Em momento algum o enunciado informa que o agente solicitou ou recebeu vantagem indevida.

No caso em tela o agente, por interesse pessoal, irá intervir para que o recurso interposto seja julgado de modo a extinguir a multa perante a Administração, indo contra disposição legal, uma vez que o carro estava estacionado em local proibido. Assim, a conduta é enquadrada no tipo penal da prevaricação, onde o agente pratica ato contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Portanto, a resposta correta deve ser **alterada para: Prevaricação**.

Fonte:



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
EQUIPE DE SELEÇÃO - CSI/DGPES/SMAP

- Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Questão: 28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Independente se os seres decompositores estão ou não presente nessa teia é incorreto afirmar que eles atuam somente em um nível trófico, o último, como descrito na alternativa, pois são seres que atuam em todos os níveis tróficos. Portanto, é uma alternativa falsa!

Fonte:

- CAMPBELL, Neil. et al. Biologia. 10. ed., Porto Alegre: Artmed, 2015. Página 1218

Questão: 39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Esclarece que a questão permeia os princípios Éticos Profissionais, e como qualquer princípio ético a ser seguido, são imprescindíveis o conhecimento filosófico. É notável que, a Ética é uma área dentro da grande área da Filosofia.

Fontes:

- Oliveira, Antônio Roberto. Ética profissional / Antônio Roberto Oliveira. — Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012. 80p.
- Camargo, Marcolino. Fundamentos de ética geral e profissional. Editora Vozes, 2014. 112p.

Questão: 50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal é considerada improcedente, pois a questão cita o gênero do vírus, que é o gênero Hantavirus. Dessa forma, mesmo que o enunciado da questão apresentado esteja referindo-se a Dengue no Brasil deve -se atentar para a questão. É muito importante atentar que, o conhecimento é multidisciplinar, e portanto esta questão teve esse intuito, de abranger o conhecimento multidisciplinar.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Diretrizes nacionais para prevenção e controle de epidemias de dengue / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009;
- Silva, Amanda Thaís Ferreira Manual de controle de zoonoses e agravos para agentes comunitários de saúde e agentes de controle de endemias / Amanda Thaís Ferreira Silva, Daniel Friguglietti Brandespin, José Wilton Pinheiro Júnior. – 1. ed. - Recife: EDUFRPE, 2017. 103 p.

Cargo: Ciências Contábeis

Tipo de Prova: Tipo ÚNICA

Questão: 09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Essa é uma questão que trabalha com a noção de paráfrase.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
EQUIPE DE SELEÇÃO - CSI/DGPES/SMAP

A paráfrase, originária do grego *para-phrasis* (repetição de uma sentença), constitui-se na recriação textual, tendo como suporte um texto-fonte. Ao parafrasearmos um texto, estamos atribuindo-lhe uma nova “roupagem” discursiva, embora mantendo a mesma ideia contida no texto original.

Dessa forma, a única alternativa em que a reescrita não manteve o sentido do texto original, ou seja, a única opção em que não houve paráfrase foi na alternativa “Os índices de desmatamento na Amazônia brasileira reduziram mais de 70%, no intervalo entre 2005-2012, em função das políticas públicas associadas às ações privadas e públicas.”. O percentual de desmatamento na Amazônia nas reescritas das demais alternativas foram apontadas como algo próximo de 70%. Certamente o dado exato não chega a 70%, mas próximo disso, porém, abaixo disso. Já na alternativa que rescreveu o fragmento do texto, afirma-se que “Os índices de desmatamento reduziram **mais** de 70%” e essa informação é diferente da que consta no trecho original. Sendo assim, houve alteração de sentido na seguinte reescrita: “Os índices de desmatamento na Amazônia brasileira reduziram mais de 70%, no intervalo entre 2005-2012, em função das políticas públicas associadas às ações privadas e públicas.”

Fontes:

- TERRA, Ernani. **Curso prático de gramática**. São Paulo: Scipione, 1996. p. 193.
- <http://www.portugues.com.br/redacao/parodiaparafraseexemplosintertextualidade.html>

Questão: 16

Recurso Procedente.

Primeiramente esclarece que o fato descrito no enunciado não pode ser enquadrado como corrupção passiva, uma vez que o tipo penal exige que o agente solicite ou receba, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceite promessa de tal vantagem. Em momento algum o enunciado informa que o agente solicitou ou recebeu vantagem indevida.

No caso em tela o agente, por interesse pessoal, irá intervir para que o recurso interposto seja julgado de modo a extinguir a multa perante a Administração, indo contra disposição legal, uma vez que o carro estava estacionado em local proibido. Assim, a conduta é enquadrada no tipo penal da prevaricação, onde o agente pratica ato contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Portanto, a resposta correta deve ser **alterada para: Prevaricação.**

Fonte:

- Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Questão: 25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na afirmativa I está explícito que “NÃO” se pode formar uma equipe de apoio composta por três servidores efetivos do ente público e um pregoeiro terceirizado. Nesse sentido, a afirmativa I está incorreta, pois, pode “SIM” formar uma equipe de apoio composta por três servidores efetivos do ente público e um pregoeiro terceirizado. De acordo com Lei 10.520/02, art. 3º, IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

A afirmativa II está incorreta, pois é facultado (não obrigatória), a participação de bolsas de mercadorias no apoio técnico e operacional ao ente público que está realizando o pregão.

A afirmativa III está incorreta, pois o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
EQUIPE DE SELEÇÃO - CSI/DGPES/SMAP

Fonte:

- BRASIL. Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2020. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm>.

Questão: 26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O resultado orçamentário é obtido na comparação entre receita realizada (arrecadada) e despesa executada (empenhada). Nesse sentido, as despesas recebidas já estão dentro das receitas realizadas, uma vez que para receber a receita, esta tem que passar pela fase da arrecadação. Assim:

A alternativa que diz “O resultado orçamentário é um déficit de R\$ 900,00” está incorreta, pois o resultado orçamentário é um déficit de R\$ 500,00 (Receita arrecadada – despesa empenhada = R\$ 1.500,00 – R\$ 2.000,00).

A alternativa que diz “O valor dos restos a pagar processados é R\$ 1.250,00” está incorreta, pois valor dos restos a pagar processados é R\$ 150,00 (despesas empenhadas e liquidadas – despesas pagas = R\$ 250,00 – R\$ 100,00).

A alternativa que diz “O resultado orçamentário é um superávit de R\$ 500,00” está incorreta, pois o resultado orçamentário é um déficit de R\$ 500,00 (Receita arrecadada – despesa empenhada = R\$ 1.500,00 – R\$ 2.000,00).

A alternativa que diz “O valor dos restos a pagar não processados é R\$ 1.750,00” está correta, pois o valor dos restos a pagar não processados é R\$ 1.750,00 (despesa empenhada – despesa liquidada = R\$ 2.000,00 – R\$ 250,00).

A alternativa que diz “Há uma insuficiência de arrecadação no valor de R\$ 400,00” está incorreta, pois houve uma insuficiência de arrecadação no valor de R\$ 900,00 (Receita tributária prevista – receita de capital arrecadada = R\$ 600,00 – R\$ 1.500,00 = -R\$900,00).

Fontes:

- BRASIL. Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 8. ed. 2018. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2019/26>>

Questão: 29

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O recurso é procedente, pois o código correto da conta Crédito empenhado a liquidar é 6.2.1.1.xx.xx, e no enunciado está 8.2.1.3.01.xx.

Por não haver outra alternativa que poderia substituir essa errada, a questão foi anulada.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 8. ed. 2018. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2019/26>>

Questão: 34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
EQUIPE DE SELEÇÃO - CSI/DGPES/SMAP

No edital consta “Normas Brasileiras de Contabilidade”, por isso envolve todas essas normas. Assim, a NBC TSP 07 é uma das que constam nas Normas Brasileiras de Contabilidade. Ou seja, o candidato deveria estar preparado para todas as normas vigentes, inclusive a NBC TSP 07. Além do mais, esse assunto também consta no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, referência contida no edital.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 8. ed. 2018. Disponível em: < <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2019/26>>;
- CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP. Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) – 07 – Ativo Imobilizado Disponível em: <<http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>>.

Questão: 36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme orientações do CPC 04, item 111: *“Para determinar se um ativo intangível já não tem valor, a entidade deve aplicar o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Esse Pronunciamento determina quando e como a entidade deve revisar o valor contábil de seus ativos, como determinar o seu valor recuperável e quando reconhecer ou reverter perda por desvalorização.”*

Assim, o valor recuperável é o maior entre o valor justo e o valor realizável líquido. Como o valor contábil (R\$ 26.500) é maior que o valor recuperável (R\$ 26.350) deve-se reconhecer a despesa com o teste de recuperabilidade contra a conta redutora do ativo intangível, no valor de R\$ 150,00.

Fontes:

- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intagível;
- IUDÍCIBUS, Sergio de et al. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2018.

Questão: 38

Recurso Procedente.

Neste caso, é reconhecido todo o capital subscrito pelos sócios em conjunto com sua conta redutora (capital a integralizar) de patrimônio líquido. Isso visa reconhecer o que ainda não foi integralizado pelos sócios. Desta forma, o capital já integralizado totaliza R\$ 58.000,00, decomposto em caixa, imobilizado e mercadorias.

Desta forma, a resposta correta é:

D – Caixa	R\$ 15.200,00
D – Imobilizado	R\$ 25.800,00
D – Mercadorias	R\$ 17.000,00
D – Capital a Integralizar	R\$ 31.500,00
C – Capital Subscrito	R\$ 89.500,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
EQUIPE DE SELEÇÃO - CSI/DGPES/SMAP

Fontes:

- IUDÍCIBUS, Sergio de et al. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2018.
- SZUSTER, Natan; CARDOSO, Ricardo Lopes; SZUSTER, Fortunée Rechtman; SZUSTER, Fernanda Rechtman; SZUSTER, Flávia Rechtman. Contabilidade Geral: introdução à contabilidade societária. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Questão: 43

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Conforme a Lei nº. 6.404/76: “Art. 193. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.”

Portanto, após retirados os 5% da reserva legal e 15% da reserva estatutária, sobra R\$ 993.225,00 de lucro líquido para a constituição da reserva para contingências.

$$0,2 \times 993225 = 198.645$$

Dessa forma, por ausência de alternativa correta, a questão foi anulada.

Fontes:

- IUDÍCIBUS, Sergio de et al. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2018.
- SZUSTER, Natan; CARDOSO, Ricardo Lopes; SZUSTER, Fortunée Rechtman; SZUSTER, Fernanda Rechtman; SZUSTER, Flávia Rechtman. Contabilidade Geral: introdução à contabilidade societária. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- BRASIL. Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Questão: 50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo a LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

- I - União: 50% (cinquenta por cento);
- II - Estados: 60% (sessenta por cento);
- III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

[...]

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

- I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
EQUIPE DE SELEÇÃO - CSI/DGPES/SMAP

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6o do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Desta forma, para a receita apresentada, tem-se:

$$420.800.000,00 \times 0,6 \times 0,95 = \text{R\$ } 239.856.000,00$$

Fonte:

- FISCAL, L. D. R. (2000). Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000. *Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 4.*

Cargo: Economia

Tipo de Prova: Tipo ÚNICA

Questão: 16

Recurso Procedente.

Primeiramente esclarece que o fato descrito no enunciado não pode ser enquadrado como corrupção passiva, uma vez que o tipo penal exige que o agente solicite ou receba, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceite promessa de tal vantagem. Em momento algum o enunciado informa que o agente solicitou ou recebeu vantagem indevida.

No caso em tela o agente, por interesse pessoal, irá intervir para que o recurso interposto seja julgado de modo a extinguir a multa perante a Administração, indo contra disposição legal, uma vez que o carro estava estacionado em local proibido. Assim, a conduta é enquadrada no tipo penal da prevaricação, onde o agente pratica ato contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Portanto, a resposta correta deve ser **alterada para: Prevaricação.**

Fonte:

- Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Cargo: Engenharia Civil

Tipo de Prova: Tipo ÚNICA

Questão: 16

Recurso Procedente.

Primeiramente esclarece que o fato descrito no enunciado não pode ser enquadrado como corrupção passiva, uma vez que o tipo penal exige que o agente solicite ou receba, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceite promessa de tal vantagem. Em momento algum o enunciado informa que o agente solicitou ou recebeu vantagem indevida.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
EQUIPE DE SELEÇÃO - CSI/DGPES/SMAP

No caso em tela o agente, por interesse pessoal, irá intervir para que o recurso interposto seja julgado de modo a extinguir a multa perante a Administração, indo contra disposição legal, uma vez que o carro estava estacionado em local proibido. Assim, a conduta é enquadrada no tipo penal da prevaricação, onde o agente pratica ato contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Portanto, a resposta correta deve ser **alterada para: Prevaricação.**

Fonte:

- Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Questão: 22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As cargas permanentes são constituídas pelo peso próprio da estrutura e pelos pesos de todos os elementos construtivos fixos e instalações permanentes. Já as cargas acidentais são as cargas que podem atuar sobre as estruturas das edificações em função do seu uso ou cargas de fatores externos.

Além do peso próprio e da carga proveniente dos elementos fixos da construção, deve-se considerar as cargas pertinentes ao uso da edificação. São exemplos de cargas que atuam em função do uso: pessoas; mobiliários; veículos; materiais diversos. As cargas acidentais incidem apenas sobre as lajes.

As cargas acidentais, são aquelas cuja atuação varia com o tempo. A grande maioria são as cargas de utilização, como o peso de pessoas e objetos. “As cargas acidentais incidem apenas sobre as lajes”, como pessoas, mobiliários, veículos, materiais diversos, também são as chamadas de sobrecarga. (ROLIM, disponível em <https://www.concretoarmado.org/post/aula-5-carregamento-das-estruturas-de-concreto>). “Imagine-se uma laje que suporta uma sala de aula. No momento da aula, a laje está carregada com o professor e sua turma de alunos, mas no intervalo ou durante a madrugada o peso daquelas pessoas não mais estará presente”. (<https://www.ofitexto.com.br/comunitexto/consideracoes-iniciais-de-um-projeto-estrutural-carregamentos/>).

Força do vento e empuxo são exemplos de cargas acidentais, porém que não geram forças de campo gravitacional sobre a estrutura. Especialmente em galpões e edifícios altos, a influência do vento sobre a estrutura é bastante significativa. Numa dada localidade, a força do vento numa edificação é fortemente influenciada pela topografia do terreno, pelas características das construções vizinhas e por sua aerodinâmica.

Logo a única alternativa correta para a questão 22 é: Força do vento e empuxo são exemplos de cargas acidentais, que nem sempre geram forças de campo gravitacional sobre a estrutura.

Fontes:

- SANTOS, José Sérgio. Desconstruindo o projeto estrutural de edifícios. Ed. Oficina de Textos, 2017.
- <https://www.ofitexto.com.br/comunitexto/consideracoes-iniciais-de-um-projeto-estrutural-carregamentos/>
- KRIPKA, M. Análise estrutural para engenharia civil e arquitetura - estruturas isostáticas. Oficina de Textos. 2021.

Questão: 23

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Sobre as estruturas ilustradas tem-se:

┌:



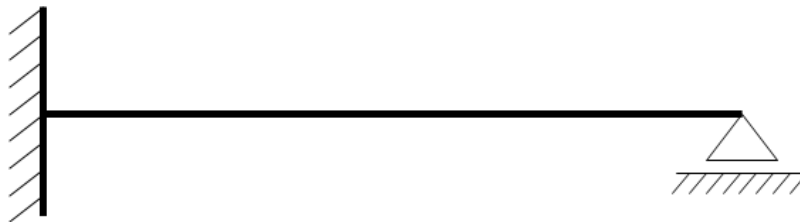
3 reações = 3 graus de liberdade



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
EQUIPE DE SELEÇÃO - CSI/DGPES/SMAP

Estruturas isostáticas tem exatamente todos os seus graus de liberdade restritos. Então, possuem número de reações igual ao número de equações da estática, como na figura I. Assim, há um apoio de 2° ordem (na esquerda), com 2 reações e 1 grau de liberdade, e um apoio de 1° ordem (na direita), com 1 reação e 2 graus de liberdade, totalizando 3 reações e 3 graus de liberdade, sendo assim, isostática.

II-



4 reações > 3 graus de liberdade

Estruturas hiperestáticas possuem restrições redundantes em seus graus de liberdade, assim possuem número de reações maior que o número de equações da estática como na figura II. Nela há um engaste (na esquerda), com 3 reações e 0 grau de liberdade, e um apoio de 1° ordem (na direita), com 1 reação e 2 graus de liberdade, totalizando 4 reações e 2 graus de liberdade, sendo assim, hiperestática.

III-



2 reações < 3 graus de liberdade

Estruturas hipostáticas não têm todos seus graus de liberdade restritos, logo, possuem menor número de reações que o número de equações da estática, como na figura III. Aqui há um apoio de 1° ordem (na esquerda), com 1 reação e 2 graus de liberdade, e um apoio de 1° ordem (na direita), com 1 reação e 2 graus de liberdade, totalizando 2 reações e 4 graus de liberdade, sendo assim, hipostática.

Dessa forma, a questão deve ser ANULADA em face da razão recursal ser PROCEDENTE, dada a falta de uma alternativa correta, que deveria ser: 3; 3; e, isostática / 4; 2; e, hiperestática / 2; 4; e, hipostática.

Fonte:

- BEER; F.P., JOHNSTON; E.R. Mecânica vetorial para Engenheiros. 5° ed. Makron Books, São Paulo. 1994.

Questão: 25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a questão deve ser anulada por falta de gabarito, o que é IMPROCEDENTE, dado que a **opção mais adequada** para esse aumento do número de vagas de estacionamento, considerando o número, as dimensões e a locação dos pilares, e ainda a segurança como no exposto no enunciado, é utilizar viga de transição, eliminando os pilares do pavimento da garagem.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
EQUIPE DE SELEÇÃO - CSI/DGPES/SMAP

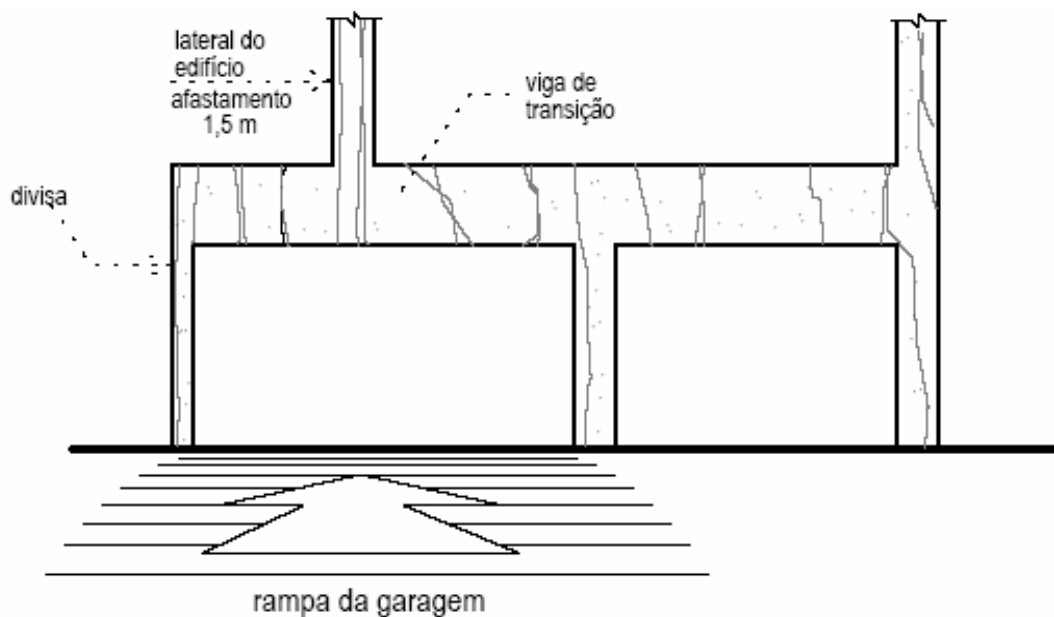
As razões recursais dispõem que “elimina-se os pilares da garagem (todos), o que não se pode afirmar pois existem outros fatores a se considerar para ser possível eliminar todos os pilares do local, caso seja possível”.

Sobre a razão exposta, afirma-se que a questão não apresenta a palavra todos, diferente, por exemplo, da alternativa “Diminuir a seção transversal de todos os pilares da edificação.” Assim o “todos” não é, nem seria aplicável e plausível a alternativa do recurso, a correta, estando ainda explícito no enunciado que para o aumento do número de vagas de estacionamento seria considerado o número, as dimensões e a locação dos pilares.

Complementando, a explicação, que justifica a alternativa correta, em edifícios pode ocorrer uma incompatibilidade entre a posição dos pilares em dois pavimentos diferentes, e em certos casos, é necessário que um pilar nasça sobre um pavimento. Esta situação é observada com frequência na transição de pavimentos de garagem com os demais pavimentos, onde não é possível seguir de maneira contínua com as prumadas de pilares devido às interferências entre as arquiteturas. Estas novas prumadas usualmente são lançadas sobre vigas, denominadas como vigas de transição. Essa situação é bastante comum no caso dos edifícios residenciais, que possuem garagem e pavimento tipo.

As vigas de transição transferem predominantemente as cargas para a estrutura inferior por ação do cisalhamento, por este motivo elas possuem maior altura e robustez do que as vigas convencionais na mesma estrutura.

Nesses casos, utiliza-se uma estrutura de transição (viga de transição), como ilustrada na figura abaixo para eliminar o pilar de um determinado local, aumentando o número de vagas ou ampliando o espaço para circulação de veículos:



Assim o recurso é IMPROCEDENTE e o gabarito deve ser mantido.

Fontes:

- http://coral.ufsm.br/decc/ECC1008/Downloads/Concep_Estrut_2007.pdf
- <https://www.ecivilnet.com/dicionario/o-que-e-viga-de-transicao.html>
- PINHEIRO, L.M. Noções sobre pré-dimensionamento de Estruturas de Edifícios - EESC-USP. 1985).
- NBR 6118/2014. Projeto de estruturas de concreto – Procedimento.

Questão: 28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
EQUIPE DE SELEÇÃO - CSI/DGPES/SMAP

Sobre a alternativa, "A produção de RCC na região Metropolitana de Porto Alegre supera a produção das regiões Nordeste, Noroeste, Sudeste e Sudoeste Rio-grandense em mais de 10% do total." conforme sustenta a razão recursal, "O valor total da soma (1.937.745) acrescido de 10% é igual a 2.131.5195"

A questão compara a diferença entre a produção de RCC das regiões Nordeste, Noroeste, Sudeste e Sudoeste e a região metropolitana de Porto Alegre (462.914 RCC) em relação a 10% do total de produção da mesorregião (4.857.913 RCC). O total da Mesorregião é a base de cálculo dos 10%.

Na solução proposta, a base de cálculo é o total das regiões Nordeste, Noroeste, Sudeste e Sudoeste que não representam o total de produção de RCC.

Apresenta-se na sequência a justificativa que a alternativa do recurso é incorreta:

10% do total de produção de RCC é igual a 485.791,30 ($0,1 * 4.857.913$).

A diferença para maior entre a produção de Porto Alegre e das regiões Nordeste, Noroeste, Sudeste e Sudoeste Rio-Grandense é 462.914 (para chegar neste resultado faz-se a diferença entre o valor de Porto Alegre 2.400.659 com a soma dos valores das regiões em questão $501.202 + 722.855 + 394.212 + 319.476 = 1.937.745$. Logo, $2.400.659 - 1.937.745 = 462.914$)

Porto Alegre ultrapassa a produção (462.914 RCC), mas essa diferença é de 9,53%, logo, menor do que 10% do total da produção da mesorregião (485.791,30 RCC).

Assim, a alternativa que sustenta o recurso é IMPROCEDENTE e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul 2015-2034. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201905/03155041-pers-final.pdf>. Acesso em 03 set. 2021.

Questão: 38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal sustenta que, conforme a NBR 15.270-3, tabela 1, o ensaio de espessura dos septos e paredes externas do bloco é sim indicado para paredes de tijolos cerâmicos de vedação, inclusive é normativo. O recurso não se sustenta, eis que a NBR 15.270-3/2005, conforme o link indicado na razão recursal, foi cancelada pela própria ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), sendo substituída pela NBR 15.270-2/2017, onde no anexo A, estabelece os métodos de ensaio para determinação das características geométricas de blocos e tijolos cerâmicos. Contudo, esta norma apenas cita os ensaios, mas não separa os mesmos, ou seja, quais são para blocos e quais são para tijolos. Com isso, a NBR 15.270-1/2017 no item 4.7.1 diz que os ensaios (para blocos e tijolos) são conforme a NBR 15.270-2/2017, anexo A, mas a mesma (NBR 15.270-1/2017) separa quais ensaios são para blocos e quais ensaios são para os tijolos. Com isso, tem-se que o ensaio de espessura dos septos e paredes externas dos tijolos não existe. Ele é feito para os blocos e não para os tijolos.

Mantenha-se o gabarito.

Fonte:

- A resposta está na NBR 15.270-1 – Componentes Cerâmicos – Blocos e tijolos para alvenaria. Parte 1: requisitos, item 4.7.1.2.

Questão: 41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal sustenta que a "lama bentônica é utilizada sim para melhorar o desempenho do furo, e isso se dá através da estabilização e impermeabilidade das paredes das escavações, além de manter os resíduos da



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
EQUIPE DE SELEÇÃO - CSI/DGPES/SMAP

escavação em suspensão, evitando sua deposição no fundo da mesma.". Assim, o recurso não se sustenta, eis que, conforme a NBR 6.122/2019 (Projeto e Execução de Fundações), o uso da lama bentonítica é vetado para a perfuração da estaca raiz, conforme item k.3.1.

Mantenha-se o gabarito.

Fonte:

- A resposta está na NBR 6.122/2019 – Projeto e execução de fundações, no anexo K, itens K3 e K5.

Questão: 42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal sustenta que "... não fornece informações suficientes no enunciado para se chegar a tal afirmativa.". Assim, o recurso não se sustenta, eis que poderia ser possível aplicar um valor de 1,05 kN/m², pois conforme a NBR 15.696/2009 (Fôrmas e escoramentos para estruturas de concreto — Projeto, dimensionamento e procedimentos executivos), a sobrecarga de utilização dos pavimentos, no processo evolutivo das concretagens e demais etapas executivas de obra não inferior a 1 kN/m², ou seja, o valor de 1,05 kN/m² estaria de acordo com a norma técnica.

Mantenha-se o gabarito.

Fonte:

- A resposta está na NBR 15.696/2009 - Fôrmas e escoramentos para estruturas de concreto — Projeto, dimensionamento e procedimentos executivos, anexo C.

Questão: 49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal sustenta que o manual da ABRASFE de informações básicas de fôrmas e escoramento, no qual aparece à mesma imagem da prova, temos que: Utotál é a máxima flecha que ocorre no elemento, calculada com carga de peso próprio do concreto e sobrecarga..., tornando assim a terceira alternativa, com esta mesma afirmação, correta. Esta pode ser confirmada na página 11 do "Manual de informações básicas de fôrmas e escoramento". Assim, o recurso não se sustenta, eis que a terceira alternativa está correta conforme a NBR 15.696/2009 (Fôrmas e escoramentos para estruturas de concreto — Projeto, dimensionamento e procedimentos executivos), portanto não é a resposta correta da questão. Já a resposta "A sobrecarga pode ser majorada em até 100% para efeitos de segurança." é a resposta correta da questão, eis que a mesma não tem relação alguma com a norma técnica citada, bem como também, não há relação alguma com a bibliografia citada pelo candidato, que, aliás, é uma cópia da norma técnica utilizada por esta banca para a elaboração da questão.

Mantenha-se o gabarito.

Fonte:

- A resposta está na NBR 15.696/2009 - Fôrmas e escoramentos para estruturas de concreto — Projeto, dimensionamento e procedimentos executivos, item 4.3.2.

III. DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.



prefeitura de
PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
EQUIPE DE SELEÇÃO - CSI/DGPES/SMAP

Publique-se,

Porto Alegre, 25 de outubro de 2021.

ANDRÉ LUIS DOS SANTOS BARBOSA,

Secretário Municipal de Administração e Patrimônio